



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
PODER JUDICIÁRIO

## MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 508202321794129

Nome original: OFÍCIO PRESI nº 211-2023 - Autenticidade.pdf

Data: 21/06/2023 13:31:25

Remetente:

DANIEL

Diretoria Geral

Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: Termo de Adesão ao Termo de Cooperação Técnica CNJ n. 03 2023, assinado pelo Presidente do TRT da 8ª Região. Processo TRT8 n.º 3246 2023.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA



OFÍCIO TRT8ª PRESI Nº 211/2023

Belém, 19 de junho de 2023

A Sua Excelência Senhora  
ROSA MARIA PIRES WEBER  
Presidente do Conselho Nacional da Justiça

**Assunto: Termo de Adesão ao Termo de Cooperação Técnica n. 03/2023, assinado pelo Presidente do TRT da 8ª Região. Processo TRT8 n.º 3246/2023.**

Senhora Presidente,

1. Ao cumprimentá-la, dirijo-me a Vossa Excelência para encaminhar o Termo de Adesão ao Termo de Cooperação Técnica nº 03/2023, assinado digitalmente, cujo objeto é o desenvolvimento de ações conjuntas para garantir e promover o pleno acesso à Justiça e aos serviços públicos na Amazônia Legal, por meio dos Serviços da Justiça Itinerante (SEJI), os quais serão implementados mediante o programa Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal.

2. O Termo de Cooperação Técnica mencionado é originário desse Colendo Conselho Nacional da Justiça, razão pela qual solicitamos a devolução de uma cópia do extrato de publicação do referido termo de adesão no Diário Oficial da União, que poderá ser remetido para o endereço eletrônico da Coordenadoria de Licitações e Contratos deste Tribunal: [colic@trt8.jus.br](mailto:colic@trt8.jus.br).

Respeitosamente,

Marcus Augusto Losada Maia  
Desembargador Presidente





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
PODER JUDICIÁRIO

## MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 508202321794128

Nome original: TERMO DE ADESÃO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA CNJ Nº 03-2023 - ASSIN  
DO.pdf

Data: 21/06/2023 13:31:25

Remetente:

DANIEL

Diretoria Geral

Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: Termo de Adesão ao Termo de Cooperação Técnica CNJ n. 03 2023, assinado pelo Preside  
nte do TRT da 8ª Região. Processo TRT8 n.º 3246 2023.

## ANEXO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 03/2023



### TERMO DE ADESÃO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 03/2023, REFERENTE AOS SERVIÇOS DA JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL.

**O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**, com sede na Travessa Dom Pedro I, nº 746, Bairro: Umarizal, Belém/PA, CEP: 66050-100, CNPJ **01.547.343/0001-33**, neste ato representado por seu Excelentíssimo Desembargador Presidente **Marcus Augusto Losada Maia**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve, por meio do presente Termo, aderir ao Termo de Cooperação Técnica celebrado pelo Conselho Nacional de Justiça, Conselho da Justiça Federal, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Conselho Nacional do Ministério Público, para os fins especificados no ato referente aos serviços da **JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL**, comprometendo-se a apoiar técnica e operacionalmente o programa mediante adoção de medidas necessárias à concretização do pleno acesso à Justiça na região da Amazônia Legal.

**O Desembargador Presidente** declara firme vontade de desenvolver ações conjuntas para garantir e promover o pleno acesso à Justiça na Amazônia Legal por meio dos Serviços da Justiça Itinerante (SEJI) e/ou atividades conexas relacionadas à atividade-fim da entidade, os quais serão implementados mediante o programa **JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL**, em observância aos arts. 5º, inciso XXXV, 107, §2º, 115, §1º, e 125, §7º, da Constituição Federal; art. 95, parágrafo único, da Lei n. 9.099/95; art. 22, parágrafo único, da Lei n. 10.259/2001; Resolução CNJ n. 460/2022; bem como aos arts. de 67 a 69 do Código de Processo Civil e à Resolução CNJ n. 350/2020, que estimulam a cooperação judiciária nacional entre os órgãos do Poder Judiciário, obedecendo-se aos seguintes parâmetros, fixados a partir de diretrizes estabelecidas pelos Conselhos signatários do Termo de Cooperação Técnica:

- I – Institucionalização de calendário regular de realização da Justiça Itinerante na Amazônia Legal;
- II – Capacitação profissional acerca das especificidades regionais da Amazônia Legal;
- III – Produção e/ou veiculação de campanhas de divulgação do calendário da Justiça Itinerante na Amazônia Legal, além de materiais e demais peças de comunicação institucional referentes a lições de cidadania;



IV – Designar profissionais e disponibilizar recursos materiais para a execução dos serviços, relacionados à atividade-fim da entidade aderente, no curso da **JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL**; e

V – Geração e controle de dados estatísticos relativos aos resultados obtidos com as ações por si executadas.

**1. ATUAÇÃO COORDENADA:** O **TRT8** desenvolverá ações, coordenadas e supervisionadas pelo Conselho Nacional de Justiça, visando à efetividade e qualidade da concretização do direito fundamental de acesso à Justiça na região da Amazônia Legal.

**2. GESTOR LOCAL:** indica para gestor local do presente instrumento o Senhor **DANILO SILVA BARBOSA** ocupante do cargo **Coordenador da COORDENADORIA DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, ACESSIBILIDADE, INCLUSÃO E SUSTENTABILIDADE**, endereço eletrônico: **danilo.barbosa@trt8.jus.br**, telefone **(91) 4008-7034**, que doravante será responsável pela execução das atividades previstas no Plano de Trabalho correlato ao Termo de Cooperação Técnica ao qual se adere.

**3. VIGÊNCIA:** o presente Termo de Adesão passará a vigorar a partir de sua assinatura, com prazo final igual ao do Termo de Cooperação Técnica supramencionado.

#### **4. RESPONSABILIDADES**

##### **4.1 São responsabilidades gerais do Conselho Nacional de Justiça:**

I – Exercer a coordenação-geral, supervisionando as ações do programa **JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL**;

II – Diligenciar, nas Escolas Judiciais Estaduais e Federais e outras instituições voltadas à docência, a realização de ações de capacitação destinadas a Magistrados(as), membros do Ministério Público e servidores(as) com ênfase no objeto do presente Termo;

III – Promover a articulação, em conjunto com o CJF, o CSJT e o CNMP, com órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal, além de outras instituições públicas e privadas essenciais à execução do **JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL**;

IV – Planejar, em conjunto com o CJF, o CSJT e o CNMP, calendário integrado do **JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL**, do que devem participar as entidades aderentes;

V – Produzir em conjunto com o CJF, o CSJT e o CNMP e as entidades aderentes, as peças de comunicação institucional do projeto em formato compatível com o nível de compreensão de seus(as) destinatários(as), o que alcança as inerentes às lições básicas

de cidadania, e divulgá-las também pelo meio mais adequado, levando em consideração os(as) destinatários(as);

VI – Gerar relatórios estatísticos da atuação dos órgãos do Judiciário envolvidos nos eventos, bem como compilar os relatórios setoriais dos demais envolvidos.

#### **4.2 São responsabilidades gerais do CJF, do CSJT e do CNMP**

I – Diligenciar, nas Escolas Judiciais Estaduais e Federais e centro de estudos, de acordo com sua esfera de atuação, a realização de ações de capacitação destinadas a Magistrados(as), membros do Ministério Público e servidores(as) com ênfase no objeto do presente Termo;

II – Planejar, em conjunto com o CNJ e as entidades aderentes, calendário integrado do JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL;

III – Promover articulação, em conjunto com o CNJ, com órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal, além de outras instituições públicas e privadas essenciais à execução do JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL;

IV – Produzir, em conjunto com o CNJ e as entidades aderentes, as peças de comunicação institucional em formato compatível com o nível de compreensão de seus(as) destinatários(as), o que alcança as lições de cidadania, e divulgá-las também pelo meio mais adequado, levando em consideração as especificidades dos(as) destinatários(as) do material;

V – Diligenciar, nos Tribunais e órgãos do Ministério Público vinculados ao respectivo Conselho, a disponibilização de profissionais e meios materiais para a efetivação das ações inerentes ao JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL;

VI – Gerar e controlar dados estatísticos relativos aos resultados obtidos com as ações por si executadas e disponibilizar ao CNJ para compilação.

#### **4.3 São responsabilidades gerais do TRT8:**

I – Viabilizar, pela conjunção de esforços, a institucionalização de calendário regular de realização da Justiça Itinerante na Amazônia Legal, programa sob coordenação-geral e supervisão do CNJ e do qual são partícipes CJF, CSJT e CNMP;

II – Viabilizar, no caso de entidade aderente integrante do Poder Judiciário e Ministério Público, a participação dos(as) profissionais que compõem seu corpo funcional em seminários e cursos de capacitação;

III – Produzir e/ou divulgar de forma ampla as peças de comunicação institucional do calendário da Justiça Itinerante na Amazônia Legal, além de material referente a lições

de cidadania, guardando-se sempre obediência às diretrizes fixadas pelos Conselhos signatários do Termos de Cooperação Técnica;

IV – Fomentar as ações objeto deste Termo de Adesão;

V – Designar profissionais e recursos materiais para a execução dos serviços envolvidos no JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL; e

VI – Gerar e controlar dados estatísticos relativos aos resultados obtidos com as ações por si executadas e disponibilizar ao CNJ para compilação.

**5. PUBLICAÇÃO:** O presente instrumento será divulgado, pelo **CNJ**, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e será mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, em observância ao disposto nos arts. 91 e 94 da Lei n. 14.133/21.

Belém/PA, 02 de Junho de 2023.

**Marcus Augusto Losada Maia**

Desembargador Presidente – TRT8<sup>a</sup> Região